

Segunda-Feira, 07 de Setembro de 2026

Acordem, vereadores!

Por João Edison

Redação

A Câmara Municipal não é apenas o lugar onde se aprovam leis. Ela é, antes de tudo, o espaço onde a democracia ganha voz, onde os conflitos da sociedade devem ser transformados em diálogo e onde os interesses coletivos precisam prevalecer sobre as paixões individuais.

O vereador não representa apenas seus eleitores; representa a própria autoridade da República dentro do município. Seu mandato é uma função pública revestida de dignidade, responsabilidade e liturgia.

Na Ciência Política, as instituições democráticas dependem não apenas das leis, mas do comportamento daqueles que as ocupam. O cientista político David Easton demonstrava que a legitimidade das instituições nasce da confiança que a população deposita nelas. Já Max Weber ensinava que a autoridade somente se sustenta quando exerce o poder com responsabilidade e respeito às normas.

Quando um vereador transforma o plenário em palco de insultos, ameaças, empurrões ou espetáculos grotescos, ele não está apenas desrespeitando um colega: está enfraquecendo a própria democracia.

A Filosofia também nos alerta para esse perigo. Aristóteles afirmava que a política existe para formar cidadãos virtuosos. A cidade aprende observando aqueles que a governam. O exemplo educa muito mais do que o discurso. Se o espaço destinado ao debate racional se converte em arena de agressões, a mensagem transmitida à sociedade é devastadora: vence quem grita mais alto, quem humilha melhor, quem intimida mais.

É justamente por isso que a liturgia do cargo existe. Ela não é um conjunto de formalidades vazias. É um compromisso ético que exige postura, equilíbrio, respeito institucional e autocontrole. Quem ocupa uma cadeira no Legislativo deixa de agir apenas como indivíduo e passa a representar toda uma comunidade. Suas palavras, seus gestos e seu comportamento possuem enorme força simbólica.

Quando vereadores protagonizam barracos em sessões públicas, trocam ofensas, ameaçam colegas ou transformam o plenário em espetáculo para as redes sociais, produzem um efeito muito maior do que imaginam. Eles normalizam a violência como forma legítima de resolver conflitos. A sociedade observa e aprende e repete.

Não é coincidência que convivamos com motoristas cada vez mais agressivos no trânsito, pacientes agredindo profissionais nas UPAs, pais desrespeitando professores, alunos respondendo com violência dentro das escolas e famílias destruídas pela incapacidade de dialogar.

Nenhum desses fenômenos possui uma única causa, mas todos são alimentados por uma cultura que banaliza a agressividade e despreza o respeito às instituições. E essa cultura também é fortalecida quando seus representantes públicos dão o pior exemplo possível.

A teoria da aprendizagem social, desenvolvida por Albert Bandura, demonstra que os seres humanos aprendem observando modelos de comportamento. Quando autoridades públicas resolvem divergências por meio da humilhação, da intimidação e do espetáculo, legitimam esse padrão perante a população. O que acontece no plenário não permanece no plenário. Espalha-se pelas ruas, pelas escolas, pelos hospitais, pelas repartições públicas e pelos lares.

A sociedade não elege vereadores para viralizarem em vídeos de confusão. Elege para fiscalizar o Executivo, elaborar leis, defender os interesses da população e buscar soluções para os problemas do município. O mandato não é um palco para vaidades nem uma arena para disputas de ego. É uma missão pública.

Cada vereador deveria perguntar diariamente: o comportamento que demonstro dentro da Câmara é aquele que gostaria de ver sendo repetido pelos meus filhos, pelos estudantes, pelos motoristas, pelos servidores públicos e pelos cidadãos da minha cidade? Se a resposta for negativa, então chegou a hora de mudar.

A democracia não se fortalece apenas com eleições livres. Ela se fortalece quando seus representantes compreendem que exercer um mandato exige grandeza, disciplina, respeito e exemplo.

A Câmara de Vereadores deve ser o espaço da dialética democrática, onde a tese encontra a antítese e, do confronto civilizado entre ideias, nasce a síntese capaz de produzir as melhores soluções para a sociedade.

O plenário existe para que opiniões divergentes sejam debatidas com argumentos, jamais com insultos ou violência. Quando o embate de ideias é substituído pelo embate de pessoas, a política fracassa em sua missão mais nobre: transformar conflitos em consensos e diferenças em decisões legítimas para o bem comum.

O vereador deve ser lembrado pelo legado que construiu para sua cidade, jamais pelos barracos que protagonizou diante dela.

João Edisom de Souza é analista político e professor universitário